

Formação — frequência de diversos cursos e acções de formação das quais se destacam:

Com início em 4 de Janeiro de 1992 e com uma duração de sessenta horas, frequente, na Escola Nacional de Bombeiros, o curso básico para comandos;

Em 1992, tira o curso de nadador-salvador ministrado pelo Instituto de Socorros a Náufragos;

Com início em 22 de Maio de 1995 e com uma duração de oitenta horas, frequente, na Escola Nacional de Bombeiros, o curso de segurança contra incêndios;

De 5 a 17 de Maio de 2003, frequentou com aproveitamento o curso de tripulante de ambulâncias de transporte, ministrado pela Escola Nacional de Bombeiros;

De Janeiro 2003 a Março de 2004, frequentou com o aproveitamento de *Bom*, na Universidade Moderna, o curso de especialização em Gestão de Protecção Civil;

No dia 31 de Maio de 2004, participa no seminário «Segurança contra risco de incêndio em edifícios»;

De 10 a 13 de Abril de 2006, conclui com aproveitamento, na ENB, o módulo de técnicas de apoio à decisão de estado-maior;

De 26 a 28 de Abril de 2006, conclui com aproveitamento, na ENB, o módulo de organização de postos de comando;

De 27 a 31 de Abril de 2006, conclui com aproveitamento, na ENB, o módulo de aplicação de conceitos táticos;

De 14 a 17 de Novembro de 2006, frequenta o curso de avaliação de planos de fogo controlado, promovido pela UTAD de Vila Real e DGR.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Escola Prática de Polícia

Despacho n.º 15 634/2007

1 — Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Julho, e no uso da faculdade que me foi conferida pelo despacho n.º 12 276/2007, do director nacional da PSP, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 20 de Junho de 2007, subdelego no intendente Luís Filipe Cardoso de Sousa Simões, 2.º comandante da Escola Prática de Polícia, a competência para a prática dos seguintes actos:

1.1 — Autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 4987,98, com a consulta prévia a, pelo menos, duas entidades, sempre que o valor o justifique.

2 — Ratifico, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os actos praticados pelo referido oficial no âmbito das competências previstas no presente despacho até à data da sua publicação.

21 de Junho de 2007. — O Director, *Levy da Silva Correia*.

Governo Civil do Distrito de Viseu

Despacho n.º 15 635/2007

1 — Ao abrigo do artigo 15.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 213/2001, de 2 de Agosto, com competências delegadas pelo despacho n.º 21/MEAI/2005, do Ministério da Administração Interna, nomeio para secretária do meu Gabinete de Apoio Pessoal a licenciada em Matemática Mónica Patrícia Pinto da Costa, nos termos do n.º 4.º da Portaria n.º 948/2001, de 3 de Agosto.

2 — A nomeada fica autorizada a exercer as actividades a que se referem as alíneas *a)* e *b)* do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir da data do mesmo.

11 de Maio de 2007. — O Governador Civil, *Acácio Santos da Fonseca Pinto*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 13 005/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 16 de Junho de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria dos Santos Delgado, natural de São Pedro Apóstolo, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 17 de Novembro de 1967, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o dis-

posto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Junho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 13 006/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Masumina Darame, natural de Bafatá, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 15 de Outubro de 1965, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Junho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 13 007/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 2 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mancama Camará, natural de Olossato, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 15 de Fevereiro de 1962, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Junho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 13 008/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 4 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Manuela dos Reis Fernandes, natural de Nossa Senhora da Luz, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 5 de Maio de 1974, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Junho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 13 009/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a José Eduardo Carvalho Cunha, natural de Baixa da Banheira, República Portuguesa, de nacionalidade guineense, nascido em 6 de Janeiro de 1985, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Junho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 15 636/2007

Por despacho do subdirector-geral de 18 de Junho de 2007, foi a Lília Maria Costa Frias Pinto, escriturária auxiliar, em comissão de serviço, no Tribunal de Comércio de Lisboa, convertida em definitiva esta nomeação, com efeitos desde 27 de Maio de 2007.

18 de Junho de 2007. — A Directora de Serviços, *Helena de Almeida Esteves*.